

Vereadores adiam, em média, três projetos em cada sessão

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

A cada sessão da Câmara de Jundiaí, três projetos são adiados, segundo levantamento feito pelo JJ desde agosto de 2017 até o momento. Foi verificado que, neste período, que compreende 18 sessões ordinárias e extraordinárias, os vereadores pediram o adiamento de seus projetos 52 vezes. São quase três adiamentos por sessão.

Foram 44 matérias legislativas adiadas, sendo que 15% delas foram postergadas mais de uma vez. Algumas foram transferidas três vezes, o limite máximo permitido, ou seja, eles apareceram na ordem do dia quatro vezes. Entre eles está o Projeto de Lei (PL) 12.297, do vereador Arnaldo da Farmácia (PDT), que institui o Programa Assistência Amiga.

O PL entrou na pauta pela primeira vez dia 16 de agosto de 2017, quando foi adiado para 26 de setembro. Nesta data, a proposição foi novamente adiada para 24 de outubro e, então, protelada pela terceira vez para o dia 6 de março de 2018. Arnaldo justificou, via assessores, que os três adiamentos foram necessários para se reunir



Vereadores pediram 52 adiamentos em 18 sessões, uma média de 3 projetos por sessão; Dos 44 projetos adiados, 15% foram protelados mais de uma vez

com grupos que gostariam de contribuir. “Leva tempo para se reunir, analisar e discutir as sugestões”, diz a nota.

Até as moções, cujo objetivo é simplesmente aplaudir ou repudiar atos do poder público, são adiadas. Das 44 matérias,

quatro são desse tipo.

Entre os parlamentares, o vereador Faouaz Taha (PSDB) foi o campeão de adiamentos,

com seis projetos protelados no período, seguido por Wagner Ligabó (PPS), com cinco. O cardiologista conta que entre os

motivos para o adiamento está o clima da sessão. “Meu projeto sobre rampas de acesso para cadeirantes entrou na pauta no mesmo dia que o Escola Sem Partido, que gerou confusão. Os cadeirantes que estavam lá para a aprovação do meu projeto não conseguiram ser acomodados, então adiei a proposta para preservá-los”, exemplifica.

Ele conta, ainda, que o vereador não sabe quando suas proposições entrarão em votação. Por isso, quando terceiros são convidados para explicar a importância do projeto (geralmente representantes do setor afetado pela proposta), torna-se necessário adequar essas datas e, para tal, o adiamento é uma das possibilidades.

O presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), afirma que o adiamento é um direito do vereador, previsto no Regimento Interno. “Quase sempre algum setor da sociedade procura o vereador para debater. Tenho certeza de que eles não veem o adiamento com maus olhos”, diz. Perguntado se não seria melhor debater o projeto com os interessados antes que ele entrasse na pauta, o vereador diz que esta é uma opção pessoal de cada parlamentar.